

APRESENTAÇÃO

O momento do lançamento de uma publicação científica discente é sempre o de afirmação do poder de intervenção na realidade que se encontra nas mãos dos estudantes de graduação. Mesmo com as dificuldades inerentes à produção acadêmica no Direito, em que os estudantes tem seu tempo e energias tragados pelos estágios, concursos e outras oportunidades mais rentosas e prestigiadas, poder trazer a lume uma publicação voltada para apresentar trabalhos de alunos significa a renovação das esperanças no futuro da docência universitária, na extensão e, sobretudo, na pesquisa acadêmica; esta revista tem, há quase 20 anos, servido de veículo para manter acesa a chama da vontade de lutar por uma educação emancipatória e comprometida simultaneamente com a densidade teórica e com a capacidade de intervenções práticas. E trabalhos de qualidade, como aqueles recebidos pela nossa *Revista do CAAP* contribuem ainda mais para a continuidade dessas expectativas por um futuro melhor.

Em *Arquiteturas do poder: contribuições do pensamento de Michel Foucault ao estudo do Direito Urbanístico*, Lorena Martoni de Freitas e Gustavo de Lucas Fiche investigam a relação do poder com as técnicas de planejamento do espaço urbano a partir dos parâmetros estabelecidos pelo pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Já Lucas Lacerda Tanure e Paulo Henrique Ferreira defendem a inversão do uso tradicional da ideia de culpabilidade do Direito Penal, a qual passaria a ser critério de aumento de pena para aqueles fora de situação de fragilidade econômica, os quais não teriam justificativa para o cometimento de determinados delitos. Essas ideias são desenvolvidas em *Coculpabilidade às avessas: os dois lados de uma mesma moeda*.

Trabalhando com os requisitos de validade dos negócios jurídicos efetivados via *internet*, temos o *A validade do negócio jurídico celebrado na seara digital*, de Isadora Gonçalves Sena e Silva, Izabella Ribeiro e Garcia de Oliveria, e de Thaís Duque Maia.

Trazendo à tona a ideia de Justiça de Transição e os seus requisitos de operabilidade, temos Luiza Born Mendanha e Gabriela Lopes de Meira, com *A democratização dos meios de comunicação dentro da perspectiva de uma justiça transicional: paralelo entre a realidade brasileira e a argentina*. As autoras discutem o papel da mídia na emergência da democracia após a ditadura e na libertação das amarras autoritárias comparativamente, o que se faz bastante relevante em um ano de eleições, como foi esse de 2014. Fafina Vilela de Souza e Rodrigo Pedroso Barbosa produzem uma *Contribuição a graduandos em Direito a partir do conhecimento do relativismo da aplicação de princípios normativos na realização da justiça brasileira*, em que a nova hermenêutica principiológica é tratada para se compreender em mais profundidade os novos mecanismos de funcionamento de um ordenamento plenamente constitucionalizado, como o brasileiro pretende ser. *De Niccolò para Lorenzo: considerações acerca da relação autor-príncipe*, de Douglas Carvalho Ribeiro, trabalha com a economia argumentativa da obra-mestra de Maquiavel, e o papel exercido por Lorenzo de Médici nela.

O conceito de identidade social nos demiurgos brasileiros: um contributo para a sua sistematização no pensamento social é um trabalho de caráter conceitual, em que Lucas Costa dos Anjos, a partir das considerações de Jessé de Souza, tece considerações acerca da ideia de identidade social em Sérgio Buarque de Hollanda, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Euclides da Cunha, alguns dos principais nomes do pensamento social brasileiro. Já Arthur Barretto de Almeida Costa, com *Pluralidade de ordens jurídicas como origem e como superação do Estado de Exceção: os casos do Portugal moderno e da Nigéria e Bolívia Contemporâneas*, trabalha com a ideia de Pluralismo Jurídico como vetor capaz de atacar a situação de exceção do poder soberano contemporâneo. Para isso, utiliza-se como fio condutor das experiências de nações de três continentes e de períodos históricos distintos: Bolívia, Nigéria e Portugal.

Seja no renascimento, na modernidade, na primeira república ou na contemporaneidade, os temas dos artigos acima apresentados trazem a marca das análises críticas e profundas, capazes de fazer o leitor (re)pensar a realidade que o cerca, através do pensamento de um dado autor, de

um exemplo histórico ou de um determinado dado do presente. Mídia, planejamento urbano, negócios digitais, todos unificados sob a égide do Direito, do pensamento jurídico, se apresentam ao leitor como instrumento de crescimento teórico e orientação para atuação na realidade. O que ganha especial importância quando considerado o momento histórico vivenciado pelo Brasil, em que são levantadas as vozes por mudanças sociais e políticas. Mudanças essas que, para serem efetivas, precisam ser precedidas de intensas reflexões, tanto do que se deseja para o futuro nacional, como das experiências já vivenciadas em solo brasileiro e que tanto têm a ensinar às gerações futuras.

Que esses artigos sejam inspiradores nesse trabalho de reflexão que abarca passado, presente e futuro. Façam bom uso deles!

ARTHUR BARRETO DE ALMEIDA COSTA

JESSICA HOLL

